

“Benjamin Constant Botelho de Magalhães”

Marechal Reformado, João de Albuquerque Serejo

Quando Benjamin Constant, em 1873, prestava concurso para o lugar de adjunto da cadeira de matemática, na Escola Militar, declarou à mesa examinadora que era positivista e assim indagava se tal fato o inibia de iniciar a prestação das provas. Pedro II estava presente ao concurso. A banca, estarecida ante tal declaração, consultou o ex-monarca e este determinou que Benjamin fosse arguido.

Essa declaração de ser positivista — ipso-fato de ser republicano — foi causa das sucessivas injustiças vibradas contra Benjamin na sua longa, proveitosa e digna carreira no magistério. Sempre classificado em 1.º lugar nos concursos a que se submeteu, nunca foi nomeado lente catedrático. Num dos concursos classificaram-no em 1.º lugar, e a banca, querendo mostrar o grau de preparo de Benjamin em relação aos demais candidatos, declarou: “em 2.º lugar — ninguém; em 3.º lugar — o sr. fulano de tal”. Pois bem, apesar disso, foi nomeado o candidato classificado em 3.º lugar!

Benjamin foi assim um verdadeiro republicano, embora não fosse um demagogo, a pregar em suas aulas o republicanism. Sempre afirmou, entretanto, o seu nojo pela politicagem reinante. Homem que de raro em raro surge no cenário das nações, Benjamin, austero e digno, sabia despertar as idéias elevadas e plantar convicções na mente de seus discípulos. Conhecê-lo de perto era tornar-se seu admirador. Não tinha ambições pessoais. Todos sentíamos que lutava, arriscando tudo sem nada desejar para si, pela grandeza do Brasil e melhoria da espécie humana. Graças a tal ascendente, graças a tais qualidades foi que pôde, em pouco tempo e com tanta felicidade, preparar a deflagração do movimento que glorificou o dia 15 de novembro de 1889.

Seus primeiros atos públicos foram relativos à Abolição da Escravidão e às Questões Militares. Interveio nelas afim de melhor orientar a Classe Militar — que êle sempre considerou como sendo o prolongamento de sua Família. Com elevação e patriotismo proclamou em seus discursos (que tiveram tanta repercussão naquêles tempos, que “se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”.

Na Abolição, redigiu o officio do Clube Militar em que se protestava contra a missão de captor dos escravos fugidos das senzalas, missão pouco digna do Exército e que o governo monárquico queria atribuir-lhe.

Nas Questões Militares, tomou a si conduzir a classe com moderação e descortino, embora com energia e decisão. Logo grangeou as simpatias e a confiança gerais. Sendo Deodoro presidente do Clube Militar e Benjamin seu vice-presidente, sobreveio o incidente Carolino com o visconde de Ouro Preto. Officiais, sócios do Clube Militar, dirigiram a Deodoro um requerimento pedindo fosse convocada uma sessão para tratar do caso. O requerimento foi indeferido. Os mesmos officiais apelaram então para Benjamin, e êste escreveu uma carta a Deodoro, pedindo-lhe que reconsiderasse o seu despacho, pois o official ofendido tinha o direito de ver sua situação examinada pelos seus camaradas. O general Deodoro, dando parte de doente, passou a presidência do Clube a Benjamin Constant.

Antes de ser marcada a sessão do Clube Militar que passou à História, deram-se, na Escola Militar, a recepção e banquete aos officiais do cruzador chileno “Almirante Cochrane”, em visita ao nosso país. Por ocasião do banquete o aluno Vicente de Azevedo saudou a Benjamin Constant que em seu célebre discurso de agradecimento disse, dirigindo-se ao ministro da guerra, conselheiro Cândido de Oliveira: “Senhor Ministro! O Exército Brasileiro nem é indisciplinado, nem é composto de janízaros: debaixo da farda, no peito de cada soldado, palpita o coração de um cidadão e patriota!”

Recebeu, nesse dia, Benjamin uma estrondosa e incomum manifestação de apreço, a qual durou mais de quinze minutos. Esse discurso daquele inolvidável brasileiro foi o toque de clarim que reuniu todos os republicanos em torno d'ê. Na frase de Benjamin, então proferida, "êle valeu por mais de vinte sessões do Clube Militar".

Daí por diante, foi Benjamin solicitado por todos os republicanos brasileiros, civís e militares. A Escola Militar, a Escola Superior de Guerra, a officialidade do 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria, do 2.º Regimento de Artilharia dirigiram-lhe mensagens ou pactos de sangue, chamando de Chefe e propondo-se a acompanhá-lo em todos os terrenos, "mesmo o da resistência armada". Quintino, em carta tratando-o de "correligionário", pede-lhe uma conferência e não mais deixa de manter contato com Benjamin. Silva Jardim, o grande tribuno civil da propaganda, desde agosto de 89 mantinha correspondência com seu coestaduanu. Rui Barbosa, pela Imprensa, no "Diário de Notícias", em artigo intitulado "O Caso da Escola Militar", diz que "êle era o Exército personificado", e "a sua incalculável autoridade envolvia-o numa auréola mais impenetrável que o metal das couças. Um homem de intemerata pureza, de uma reputação feita de ciência, de civismo e de virtude, um prestígio, composto dos bons exemplos de uma vida límpida, calma e transparente, como o ambiente das suas crenças." Republicanos de São Paulo — glorioso Estado que foi um dos baluartes do movimento — fazem-se presentes a Benjamin, apoiam-no decididamente.

Realiza-se então, a 9 de novembro de 89, a histórica sessão do Clube Militar, na qual, segundo consta da ata, foram dados a Benjamin Constant plenos poderes para resolver a crise política nacional, tendo êle prometido que a solução viria em 8 dias ou êle renunciaria a todos os cargos públicos, quebrando até a sua espada.

Diante das inequívocas provas de consideração, de absoluta confiança, de decidido apóio já então recebidas, trata Benjamin Constant de articular a insurreição propriamente dita. Vai, no dia seguinte, a 10 de novembro, à casa do gene-

ral Deodoro, expõe a situação e faz ver a Deodoro que a revolução era inevitável, mas que ela não devia se limitar a derrubar o Ministério, pois assim os levantes militares seriam contínuos, sucedendo-se a cada govêrno que provocasse novas questões. Disse que no seu entender a revolução deveria dirigir-se a transformar o regime, com a implantação da República a Benjamin: "E o velho?" "O Imperador e sua Família — responde Benjamin — serão tratados com tôda consideração e respeito, mesmo porque o movimento não é feito contra os monarcas e sim contra o regime que êles representam". Deodoro medita longamente e ainda pretende de Benjamin uma solução diferente, mas Benjamin (a quem Deodoro sempre afirmou estimar "como se fôra seu irmão mais velho") concita-o a colocar os interesses da Pátria acima de seu apêgo pessoal ao senhor Pedro II. Veio então dos lábios do bravo alagoano a conhecida frase sua: "Já que não há outra solução, leve a breca a monarquia: eu estou ao seu dispôr".

No dia seguinte, 11 de novembro, Benjamin convoca Quintino, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Francisco Glicério e Campos Sales para uma reunião na casa do general Deodoro. Este porém, a fisionomia fechada, mostrava-se preocupadíssimo. Foi necessário novo e veemente apêlo de Benjamin Constant aos sentimentos patrióticos do bravo General. O general Glicério, presente à reunião, redigiu um resumo da oração de Benjamin (vide "Benjamin Constant", por Benjamin Constant Neto, pg. 69). Deodoro cedeu então definitivamente, prosseguindo a reunião, sendo organizado o Govêrno Republicano e iniciado o preparo do movimento armado. Conforme testemunho de Quintino, êste propôs, com aquiescência do general Deodoro a Benjamin para Chefe do Govêrno, a isso se opondo decididamente Benjamin, dizendo que só ao General Deodoro cabia aquêle posto. A seguir, por intermédio do almirante Wandenkolk, Benjamin procurou articular o movimento com a nossa Marinha, encontrando-se com aquêle almirante e outros oficiais no Clube Naval.

À tarde de 14 de novembro, Solon de Sampaio Ribeiro, oficial de muita nomeada, espalha pela cidade e pelos quartéis o boato de que Benjamin e Deodoro já estavam com

ordem de prisão. Nos quartéis começa então o início do movimento. Deodoro, em casa, vítima de fortes dispnéias, era dado como gravemente doente. Assim mesmo é-lhe mandado um emissário, prevenindo-o do início da revolução. A Benjamin Constant, em sua casa, apresenta-se um piquete de oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra, sob o comando de Lauro Muller. Inteirado dos acontecimentos, nosso Guia e Mestre, farda-se e prepara-se para assumir o seu posto de vanguardeiro do movimento. Suas filhas estão dormindo, mas sua espôsa, d. Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães, está acordada e porta-se com galhardia. Benjamin a beija, entrega-lhe uma pasta contendo os pactos de sangue e demais compromissos da Revolução, e lhe diz: "Se souberes que o movimento fracassou queima estes papeis; vou cumprir o meu dever."

Ao alvorecer do dia 15 de novembro de 1889 partem de São Cristovão as forças revolucionárias. Seu guia espiritual é Benjamin Constant Botelho de Magalhães, homem de alto porte moral e que intimamente lamenta a forçada ausência de seu querido irmão de armas e chefe militar do movimento: o legendário e bravo General Manoel Deodoro da Fonseca. Mas, na sua falta, deve Benjamin assumir o comando da tropa. E êle a põe em marcha, enquadrado por uma guarda composta de seus queridos discípulos, os quais, apesar de oficiais, abandonaram suas espadas e empunham mosquetões, decididos a guardar, a defender, a preservar a vida preciosa de seu Mestre!

Entre a tropa do governo monárquico estão dois officas bravos e valorosos. Um, o general Almeida Barreto, de relações rotas com Deodoro, preocupa mais a Benjamin Constant. Então, êle, que nunca desejou glórias militares a trôco de uma luta fraticida, manda um emissário a Almeida Barreto, explicando a situação e rogando o seu concurso. A resposta vem: "Diga ao Benjamin que com êle eu vou até para o inferno." Quanto a Floriano, antigo discípulo de Benjamin, mas com o qual em vão procurara se avistar, Benjamin afirmava conhecê-lo de sobra para supô-lo capaz de ir de encontro à sua Classe.

Ao chegar à Praça 11 de Junho uma grata surpresa está reservada à tropa. Deodoro, ainda ofegante, pálido, com cáusticos nos peitos e nas costas sob a farda, salta de um carro, toma o cavalo do tenente Eduardo Barbosa Junior e assume o comando das forças revolucionárias. Foi um momento de intensa emoção para todos, mais ainda para Benjamin Constant — amigo sincero e grande admirador daquele homem que êle denominaria “o general libertador”. No Campo de Santana, Deodoro investe pelo portão do Quartel-General e sobe à presença do Ministério Ouro Preto, todo alí reunido, com exceção de Barão de Ladário, pouco antes ferido pelo piquete de guarda a Deodoro. Deodoro foi épico, bravo em tal emergência! E inicia a deposição do Ministério Ouro Preto. Este, também corajosamente se porta e responde rudemente a Deodoro. Benjamin, ao seu lado, ante algum embaraço de seu companheiro de jornada, retruca, dizendo-lhe: “Vossa Excelência quis fazer do cadáver moral de sua Pátria, o pedestal de suas tristes glórias”. Lá fora, a artilharia salva a República dos Estados Unidos do Brasil. Começara, naquêle dia, uma nova era para nossa Pátria, desde então integrada na comunhão política das Américas. O 15 de novembro de 1889 completara a evolução política do Brasil no sentido de sua emancipação. A 7 de setembro de 1822 o Brasil deixara de ser colônia, mas só depois de 15 de novembro de 1889 sua libertação política se completou.

Reclamada sua presença no Governo Provisório, como fator de segurança das novas instituições, Benjamin ocupou a pasta da guerra, a princípio, passando-se depois para a da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Seu desprendimento, seu idealismo puro, despertaram despeito em alguns seres mesquinhos, que entraram a intrigá-lo com o bravo mas pouco arguto general Manoel Deodoro. Diziam-lhe que Benjamin desejava substituí-lo na chefia do govêrno — a êle que a recusara sempre, bem como a qualquer posto político! Apesar de ter declarado publicamente, na Imprensa, e em reunião do Ministério, isso mesmo, a campanha subterrânea prosseguiu e logrou êxito parcial, desavindo-se as duas figuras máximas da insurreição republicana. Depois, Deodoro caiu em si e

pediu perdão a Benjamin das ofensas que injustamente lhe vibrara. Benjamin narrou a cena no seu último discurso público, proferido na sessão do Clube Militar de 9 de novembro de 1890, vivo, portanto, ainda o general Deodoro. Disse que o concitara a ter moderação nos negócios públicos, pedindo-lhe “em nome dos interesses fundamentais do Brasil, que decorasse palavra por palavra a Constituição a ser brevemente promulgada, e que a ela cegamente obedecesse.” Dois meses depois falecia Benjamin Constant. Deodoro, mal orientado e seguindo conselhos menos elevados, vem, mais tarde, a dar o golpe de estado de 3 de novembro de 1892, fechando violentadamente o Congresso. Vendo, porém, quão funestos seriam para a República as consequências de seu gesto, magnânima e corajosamente renuncia a chefia do governo no dia 23, entregando o poder a Floriano Peixoto, vice-presidente eleito, a quem caberia defender a República da tardia e improfícua reação monarquista, conquistando assim, de fato e de direito, o justo título de “Consolidador” e o epíteto de “Marechal de Ferro”.

Agora, perguntamos — quem teve a atuação de Benjamin Constant, antes, durante e depois de 15 de novembro de 1889, pode ser relegado a uma posição subalterna naquêlê acontecimento histórico?

Se a simples e verdadeira narração dos próprios acontecimentos não bastar para situá-lo no cume, pode-se ainda lançar mão dos depoimentos prestados logo após a vitória republicana pelos quatro maiores participantes daquêles acontecimentos e que foram: Deodoro, Quintino, Rui e Floriano.

Deodoro e Benjamin. Foram duas almas que se entenderam e se encontraram para felicidade do Brasil, que assim pôde deixar para trás a monarquia sem grandes abalos, entrando no regime que o levaria à situação de progresso que atingiu na República. O grande valor de Deodoro está justamente em ter vencido a si mesmo, sopitando seus sentimentos pessoais em bem do Brasil. A nosso ver, seu gesto mais digno, mais valoroso foi êsse: tendo reconhecido que a alma nacional ansiava pela República, pôs ao seu serviço tôda a sua capacidade, tôda a sua bravura.

Depois dêsse seu gesto digno de ser salientado, pensamos que a reafirmação dêesses mesmos sentimentos êle nos deu a 23 de novembro, quando renunciou à suprema magistratura, repelindo o apôio que Saldanha da Gama, monarquista, lhe fôra oferecer, e entregou o poder a Floriano Peixoto, republicano, seu substituto legal. Evitou, assim, que a morte de seus patrícios viesse de par com a morte do regime que sua espada gloriosa "firmara em nosa Pátria" — como com justiça o proclamou em discurso Benjamin Constant. Cinco dias após a proclamação da República Deodoro, em carta dirigida a Ruy Barbosa ("Rui — o estadista da República", de João Mangabeira, pg. 41), enaltece e faz justiça à ação de Benjamin, como se verá da leitura da carta, assim concebida:

"Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1889.

Ao colega dr. Rui Barbosa.

Ao noso companheiro de govêrno dr. Benjamin se deve, mais que a outrem, a liberdade do Brasil: foi êle quem atirou ao Ceiso — govêrno o cartel de desafio, sujeitando-se, no caso de derrota, a ser inquestionavelmente fuzilado: a êsse homem faltou-se com a devida atenção!

O indivíduo que êle apresentou para governador do Maranhão e que, por todos os companheiros, foi reconhecido estar nas condições de exercer o cargo, não foi, no entretanto, aceito pela maioria dos companheiros e assim não atendido Benjamin em sua única proposta!

A liberdade do Brasil, que tanto nos custou, e que convém, ainda com sacrifícios da vida, sustentá-la, pede nomeações que a garantam.

Entendo que se deve reconsiderar o ato de ontem; que convém a nomeação dos que na inclusa nota, apresentei ao dr. Aristides Lobo, e que se atenda ao pedido do Wandenkolk.

Peço a vossa atenção.

a) — Manoel Deodoro da Fonseca".

Carta expressiva e justa, escrita quando nenhuma nuvem toldava ainda a amizade dos dois generais. Agora, transcrevemos a carta em que Deodoro responde ao seu pedido de demissão do Ministério, por estar gravemente enfêrmo, às portas da morte. A nuvem, soprada pelos pequeninos, já toldara o céu da amizade de ambos, mas de novo o céu se apresenta limpo, sem manchas negras, como sempre deveria estar. Diz o Marechal:

“Exmo. amigo sr. general Benjamin Constant.

Recebi a carta datada de ontem que V. Excia. me dirigiu solicitando, em consequência de se terem agravado os seus incômodos de saúde, dispensa do cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Eu não teria desculpa e sim condenação, se, conhecendo o estado de saúde de V. Excia., fosse capaz de insistir para que continuasse no ministério, pôsto de sacrifício e de assíduo trabalho.

Certamente, ao ver-me privado da colaboração poderosa pela inteligência, critério e lealdade inexcedíveis, pesar-me-á a mão quando assinar o decreto de sua dispensa de ministro; a consciência, porém, jamais me deixaria tranquilidade se, para continuar a tê-lo a meu lado na **consolidação da obra ingente que empreendemos e realizamos**, exigisse a continuação do sacrifício que há muitos meses V. Excia. faz .

Agradeço a V. Excia. as inequívocas provas de amizade, consideração e confiança pessoal que sempre me dispensou em tôdas as emergências e em tôdas as ocasiões.

Quanto aos serviços prestados à Pátria por V. Excia., ela e a história dirão aos vindouros, dirão à Humanidade quem foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Saúde e Fraternidade.

a) — Manoel Deodoro da Fonseca.”

Morto Benjamin, foi ainda o Generalíssimo que, “considerando o geral apreço e entranhada estima do país inteiro” a Benjamin, e “apressando-se em converter em ato, os votos do mesmo Congresso e do País”, expediu o seguinte Decreto:

“Art. 1.º — Será erigida na Praça da República a estátua do cidadão Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Art. 2.º — Passar-se-á a denominar Instituto Benjamin Constant o Instituto dos Meninos Cegos, desta Capital.

Art. 3.º — Será em honra do mesmo ilustre brasileiro cunhada uma medalha comemorativa dos seus ingentes serviços, a qual se distribuirá aos membros do Congresso Nacional, do Poder Executivo, da alta Magistratura e a todos os estabelecimentos públicos de instrução, do Exército e Armada, bem como aos membros destas duas grandes classes.

Art. 4.º — Será erigido no cemitério onde foi o eminente cidadão inumado um mausoléu em que se recolherão suas preciosas cinzas.”

Só êsses depoimentos do grande Marechal alagoano dão medida da capital atuação de Benjamin na implantação da República. Em verdade, como engenheiro militar e homem de pensamento, foi Benjamin Constant quem lançou as fundações do regime instituído em terras do Brasil a 15 de novembro de 1889. Daí o título que lhe conferiu o Congresso Constituinte, composto de homens independentes e cultos, como o foram sem dúvida Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Campos Sales, Saldanha Marinho, Francisco Glicério, Demétrio Ribeiro, Mata Bacelar, Murça, Lauro Sodré, Pais de Carvalho, Nina Ribeiro, Nelson de Vasconcelos e Almeida, Rodolfo Miranda, Angelo Pinheiro, Alfredo Elis, Paulino Carlos, Almeida Nogueira, Domingos de Moraes, Antônio Azeredo, Ivo Prado, Serzedelo Corrêa, R. Osório, Vitorino Monteiro, Anibal Falcão, Alcindo Guanabara, Rui Barbosa, Sampaio Ferraz, Urbano Marcondes, Muniz Freire, Cantão, Nilo Peçanha, Belarmino Carneiro, Índio do Brasil, Esteves Júnior, Felipe Schmidt, Lacerda Coutinho, Carlos Campos, Felisbelo Freire, Luiz Delfino, A. Moreira da Silva, Manoel Bezerra de

Souza, Ataíde Júnior, Batista da Mota, José Simeão de Oliveira, Custódio de Melo, João Pedro, Cunha Júnior, Barbosa Lima, Bezerril, Manoel Uchôa Rodrigues, Antônio Pinto, Casimiro Júnior, Erico Coelho, Gonçalves Ramos, Alexandre Stockler, Joaquim Avelar, Fróes da Cruz, Raimundo Bandeira, Floriano Peixoto, Antão de Faria, Teodoreto Souto, Américo Lobo, Aristides Maia, Dionísio Cerqueira, João Lopes, Pedro Chermont, Constantino Paleta, Pires Ferreira, C. Zama, Laper Santos Andrade, Belfort Vieira, Santos Pereira, Manoel Valadão, Frederico Borges e José Bevilaqua — que foram êsses os brasileiros que, na sessão de 25 de fevereiro de 1891, subcreveram a moção em apreço, a qual terminou com estas palavras:

“O Povo Brasileiro pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvanecer de lhe ser facultada a glória de apresentar êste belo modelo de virtudes aos seus futuros presidentes.”

Na sessão do dia 24 de janeiro de 1891, do Congresso, o dr. João Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro, apresentou um projeto em cujo preâmbulo se lê:

“O Brasil reconhecido aos grandes serviços do general dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o imortal patriarca da República, vai erguer-lhe um monumento.”

Clodoaldo da Fonséca, que faleceu como general de nosso Exército, era oficial da guarnição da Capital em 1889 e assinou dois dos pactos de sangue dirigidos a Benjamin Constant. Ainda está vivo o Marechal Ilha Moreira, capitão àquela época e também subscritor de um dos pactos de sangue dirigidos e entregues a Benjamin Constant.

Benjamin e Quintino. Quintino era republicano muito antes de 89. Foi quem redigiu o célebre Manifesto de 70, tendo-o subscrito. Impressionado com a manifestação a Benjamin na Escola Militar, quando da visita dos oficiais chilenos, escreveu-lhe uma carta no dia

seguinte, 24 de outubro de 1889, solicitando-lhe indicar dia, hora e lugar para um encontro. E despede-se de Benjamin chamando-o "correligionário e amigo". Quintino, cognominado o "Príncipe da Imprensa", no seu tempo, passou desde então a agir em comum com Benjamin. Quintino foi sem dúvida o chefe civil da revolução de 15 de novembro. Pois bem, são de Quintino estas palavras, insertas em artigo no "O País" de 28 de novembro de 1891, quando ainda vivo o general Deodoro:

"Pois bem; o coronel Solon pode confirmar ou contestar o que vou dizer: quando se tratou da constituição do Governo Provisório, insisti, o mais que pude, para que assumisse o posto diretivo e superior do Governo Provisório o venerável e ilustre Organizador da vitória da revolução — o malogrado dr. Benjamin Constant.

Empreguei os maiores esforços para isso e fundava a minha insistência, entre outras razões de elevado alcance, no fato lamentável, mas evidente, da própria prostração física em que então se achava o Marechal Deodoro.

Para ser fiel à verdade histórica, devo acrescentar, em honra do Marechal, que êle próprio, nessa ocasião, longe de pretender qualquer supremacia, prestava ao dr. Benjamin Constant a homenagem sincera do seu respeito e da mais absoluta confiança, e longe de ser um obstáculo à preeminência daquêle ilustre cidadão, mais grande pela pureza de sua alma e dos seus intúitos do que pela sua mesma capacidade intelectual, estava disposto e pronto a reconhecê-la, sem o mínimo laivo de inveja ou rivalidade.

Quem resistiu às minhas vivas solicitações, quem se opôs a elas formalmente, produzindo argumentos valiosos, além dos sentimentos de modéstia que era um dos característicos de sua superioridade, foi o próprio dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória.

O coronel Solon assistiu a essa conferência na qual eu insistia pelo primado daquêle que tinha realmente o direito de ser o primaz da República.

Se não digo, portanto, a verdade inteira como o deseja o adversário a quem respondo, êle que me desminta."

Assim depõe, na época própria, o mais eminente dos civis que trabalharam em prol do 15 de novembro de 1889. Não deixa dúvida a sofismas...

Benjamin e Rui Barbosa. Já vimos como Rui, antes de 15 de novembro, se referiu a Benjamin em artigo no "Diário de Notícias", apontando-o como "O Exército personificado". Morto Benjamin, foi êle um dos que assinaram a moção, apontando-o como "Fundador da República" e "Modêlo de Virtudes". Era vivo Deodoro. Mais tarde, em 1893, no Senado, êle diz, referindo-se a Benjamin:

"...o ministro, cuja posição no movimento revolucionário, de que êle fôra a alma, lhe assegurava, entre os seus colegas, uma ascendência a que não podiam deixar de inclinar-se as opiniões divergentes; alma dotada pela mais robusta vocação do bem e impregnada numa devoção religiosa ao melhoramento da espécie e grandeza da Pátria.

Benjamin Constant possuia o mais puro dos corações, a mais santa das almas, o mais incorruptível dos caracteres, a mais benigna das consciências."

Ê mais um depoimento insuspeito e que afirma ter sido Benjamin "a alma do movimento revolucionário". Tanto mais de ser tido em conta, quando sabemos que nem sempre concordou Benjamin com o seu colega Rui Barbosa, quando dos atos do Governo Provisório. Quando em outubro de 1890, Rui convidou Benjamin para os trabalhos de revisão

da Constituição que seria promulgada a 24 de fevereiro de 1891, o "Fundador da República", já sériamente doente e desgostoso, quís excusar-se. Será que previa os ataques injustos que no futuro lhe fariam, acoimando-o de inspirada em "uma filosofia exótica"? O caso é que declarou a Rui que só aceitaria "mais êste pôsto de sacrifício" se o Chefe do Governo o julgasse absolutamente necessário. Rui, em cartas datadas de 13 e 17 de outubro de 90, insiste com Benjamin para que "não se furte a êste sacrifício, cuja recusa, nas atuais circunstâncias, poderia parecer mal ao nosso chefe." Benjamin não assistiria a promulgação da Carta Constitucional de 24 de fevereiro, mas como vimos, para ela antecipadamente pediu a Deodoro todo o respeito, todo acatamento, a mais estrita observância de seus preceitos — "em nome dos interêsses fundamentais do Brasil". Se nossos futuros governantes, de então para cá, tivessem observado o seu conselho e o tomado como "exemplo de virtudes" — quanta má ocorrência não teria sido poupada à Nação!...

Benjamin e Floriano. Floriano! Um nome que ainda hoje desperta entusiasmos. Um símbolo de energia, um padrão de honestidade, a personificação da bravura, um sol que aqueceu a República recém-nascida e a salvou do assassinato político, a grande barreira que os saudosistas-monarquistas encontraram à frente e na qual se esbandalharam! O "Marechal de Ferro", o "Consolidador da República" mereceu então as dedicações mais fanáticas e ainda as merece hoje: êle estava com a boa causa e impediu que o Brasil regressisse ao cativeiro político. Vencedor de um movimento das proporções do de 93, estava ao seu alcance tornar-se ditador e impôr a sua vontade, o seu arbítrio. Homem superior, digno do Exército que então inscrevera na História página tão brilhante como a de 15 de novembro, deu exemplo de respeito à lei e às instituições, acatando as eleições e assegurando a Prudente de Moraes, inimigo dos seus amigos, a posse na presidência da República. Era Floriano Ministro da Guerra quando faleceu Benjamin Constant, baixando então o Aviso seguinte:

“Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1891.

Senhor Ajudante General.

Profundamente emocionado pela notícia que acabo de receber do falecimento do eminente cidadão general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, não posso, entretanto, deixar de manifestar ao Exército a máguia que sinto por tão infausto como prematuro acontecimento.

A perda que dêle resulta para o país, que tanto precisa de homens daquêle valor cívico e daquela estatura moral, pertence ao número das perdas irreparáveis, das lacunas impreenchíveis.

Falta-me, neste momento, em que me domina o pesar, expressões com que possa dizer quem foi o homem que a morte acaba de arrebatá-nos em pleno vigor da vida, no espinhoso exercício das suas funções governamentais:

Soldado — ninguém o excedia em sacrifícios, ninguém compreendia melhor a noção do cumprimento do dever. Mestre — era o ídolo dos seus discípulos e tinha invejável dom de saber formar caracteres alimentados pela ciência e pelo civismo. Revolucionário — êle o foi sòmente do bem. A República foi sempre o seu ideal, a sua suprema aspiração e, quando a imparcialidade da História apurar a verdade dos acontecimentos, talvez ninguém exceda ao ilustre morto na obra ingente começada em 15 de novembro de 1898 e que êle não teve a dita de ver consolidada. O exército está de luto: perdeu um dos mais extremados defensores dos seus direitos, um dos que mais valentemente lutaram em pról de suas garantias, cerceadas pelos governos da monarquia.

E assim pensando, senhor Ajudante General, eu creio interpretar bem os sentimentos dos nossos camaradas, do generalissimo ao último soldado, de todos os que se prezam de vestir a farda e que não poderão honrá-la melhor que imitando ao cidadão cujo passamento hoje deploramos.”

E Floriano, em carta dirigida à família de Benjamin, melhor frisa ainda em que posição situa-o no movimento republicano. Diz êle, em 1891:

“O meu venerando amigo, general dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, **Fundador da República**, mestre e sábio, conservou sempre a inteireza de sua grande mentalidade; seu espírito, sempre radiante até que a morte roubou-o tão prematuramente à família, aos amigos e a esta Pátria, que agora como dantes, carecia de seus inimitáveis serviços.”

Não há negar, depois de tão farta documentação e de tão valiosos depoimentos, que os historiadores brasileiros, pelo menos os imparciais, os que se não deixam cegar pelo credo religioso ou por outras paixões, hão de destacar como primacial a atuação de Benjamin Constant para o advento da República, da qual foi, de fato e de direito, o Fundador.

* * *